

# A CENTRALIDADE DO BNDES PARA A SUSTENTAÇÃO RECENTE DO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO (2002 - 2015)<sup>1</sup>

Laís Ribeiro Silva<sup>2</sup>

## Resumo

A sustentação do setor sucroenergético brasileiro sempre esteve relacionado com ações estatais em suas diversas formas, desde o período colonial até o período de análise desse trabalho. Após os anos 2000 a instrumentalização do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) irá se destacar como meio de financiamento para o setor em diversas áreas essenciais para a continuidade da produção: infraestrutura, logística, capital de giro, pesquisa, plantio entre outros. Ao analisar os dados de financiamento do BNDES para o setor entre 2002 e 2015 é possível afirmar que o Banco foi central para a sustentação das atividades no país, no entanto é preciso elucidar para quais agentes e porções do território essa sustentação se dirige, bem como quais as consequências territoriais desse processo. O presente trabalho irá demonstrar como se deu a atuação do BNDES (e de modo mais amplo, do Estado) para o setor sucroenergético no período e quais as implicações territoriais que surgem de modo mais evidente, decorrente desse processo.

**Palavras-chave:** BNDES, Setor Sucroenergético, Território.

## Introdução:

Ao analisar o processo histórico que estabeleceu a situação do setor sucroenergético brasileiro tal como se confere atualmente, é possível afirmar que o Estado, em suas diferentes formas, sempre foi agente central para a sustentação de tais atividades desde o período colonial. No início do século XX, acompanhando as mudanças políticas desse tempo, a sustentação estatal para as atividades sucroenergéticas se institucionalizaram com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e Alcool) em 1933 no governo de Getúlio Vargas, e do Proálcool (Programa Nacional do Alcool) em 1975 no período de Ditadura Civil-Militar (ANDRADE, 2006, p. 62). A década de 1990 abarcou a transição de um período marcado pela intensa intervenção estatal do período militar, para outro, marcado pela demanda de diminuição do poder do Estado e pela abertura econômica dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, orientados pela inserção recente dos ideais neoliberais na América Latina como um

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é uma síntese de alguns dos resultados alcançados nos dois anos de pesquisa de mestrado, financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo título é "O BNDES e a sustentação recente do setor sucroenergético brasileiro: implicações territoriais no contexto neoliberal e de financeirização".

<sup>2</sup> Universidade Federal de Uberlândia/ lais-rs@hotmail.com

todo (DELGADO, 2010, p. 80 – 84). Para o setor sucroenergético esse período significou um certo absentismo do Estado, se comparado com os períodos anteriores.

A situação se reconfigura após os anos 2000, momento em que o Estado retomou a centralidade na viabilização do setor sucroenergético ao assumir a função de indutor dos movimentos no setor através de financiamentos e investimentos em infraestrutura e logística, além de políticas públicas para atender as demandas das atividades sucroenergéticas (CAMELINI; CASTILLO, 2012, p. 10). É nesse contexto que a instrumentalização do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aparece como central para a sustentação das atividades sucroenergéticas e para o modo de operacionalização do apoio do Estado ao setor.

Trata-se de uma viabilização de recursos e do território, ordenada pelo Estado, que tem como objetivo a manutenção e o incentivo das atividades sucroenergéticas por intermédio de recursos públicos que, ao final, materializaram infraestruturas cujo uso é corporativo, ou seja, um uso privativo do território (SANTOS, SILVEIRA, 2011). Nesse contexto, é preciso compreender uma das formas de ação do Estado para a sustentação do setor sucroenergético, que são os financiamentos públicos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que foram analisados neste trabalho, sobretudo aqueles concedidos ao setor entre os anos 2002 e 2015.

### **O BNDES e a sustentação do setor sucroenergético no Brasil**

Através de um conjunto de normas, o Estado interferiu diretamente na materialidade do território e viabilizou a expansão das atividades sucroenergéticas. Essa viabilização ocorreu através do direcionamento de capital público para a criação de infraestruturas e empreendimentos diversos que responderam a interesses específicos, cuja possibilidade de uso não surgiu para todos os agentes de forma homogênea (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com a adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território (BERNARDES et al., 2000, p. 12).

A partir dessa organização corporativa, o conteúdo técnico permitiu, em algumas porções do espaço, a comunicação constante e precisa entre os agentes (SANTOS, 2012, p. 265). O território revelou-se então funcional para melhor atender as necessidades dos agentes privados e tornou-se um meio para o exercício do poder daqueles agentes que dispõem de técnica, estruturas, bens, conhecimentos, recursos e pessoas (KAHIL, 2010). Essa funcionalização, em boa parte promovida pelas ações do Estado, acontece com incentivos e uso de recursos públicos que, ao final, solidificam infraestruturas corporativas, pois nascem com finalidades e intenções de uso específicas e pré-definidas, cujo o acesso e o uso se dão de forma desigual entre os agentes.

Nesse sentido deve-se considerar como fundamental as atividades de financiamento exercidas pelo BNDES, que atua como grande financiador do setor sucroenergético em todo o país, posto que o crédito é elemento essencial e sua oferta figura como condição à realização das atividades do setor.

Uma análise sintética do BNDES nos diferentes momentos históricos, desde o seu surgimento até o período atual, demonstra como o banco sempre esteve pronto a atender interesses corporativos e a viabilização dos agentes privados no Brasil. A partir dos anos 1930, segundo Oliveira (2003, p. 35-36), houve no Brasil a instauração de um novo modelo de acumulação de capitais que favoreceu o capital industrial (representado principalmente pelas indústrias de bens duráveis e pela agroindústria), que muito difere do momento anterior, em que predominava o capital agrário exportador. O modelo industrial de acumulação encontrou uma série de adversidades para se concretizar no Brasil devido as condições históricas do período em que se afirmou (mercado de trabalho inadequado, ausência de setor financeiro para sustentar o processo e ausência de um setor produtor de bens de consumo e insumos básicos para a indústria – máquinas, equipamentos, infraestrutura).

A resolução desses problemas ocorreu com a concretização de um pacto político entre Estado e elites, no processo de modernização conservadora, em que o primeiro assumiu as responsabilidades de criação das condições de reprodução capitalista no Brasil através do seguinte processo:

(...) primeiro incentivou as exportações para gerar as divisas necessárias, com as quais seriam comprados, no exterior, os insumos para as mercadorias que seriam produzidas internamente; e segundo investiu diretamente na produção de máquinas, equipamentos e instalações, energia etc. (...) ao

mesmo tempo em que o Estado incentivava as exportações, diversas empresas estatais eram criadas para produzir os insumos básicos requeridos pela economia, tais como energia, telecomunicações, siderurgia e assim por diante (TEIXEIRA, 1998, p. 219).

Trata-se de um novo padrão de ação do Estado, que garantiu os requisitos necessários para o funcionamento do sistema capitalista e que adquiriu para si a função de criador das condições de reprodução do capital.

Nesse contexto criou-se o BNDES, na época com o nome Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), fundado por meio da Lei nº 1.628 de 20 de junho de 1952, que tinha por objetivo formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico (BNDES, 2015). A existência do BNDES esteve sempre relacionada com a viabilização do território e de atividades produtivas, sendo um dos principais instrumentos de ação do Estado brasileiro para colocar em prática projetos de desenvolvimento (FARIAS, 2013).

Pode-se afirmar que a partir de 1999, com a crise cambial, as ações de financiamento do BNDES passaram a condizer com o modelo de crescimento que se instalou no Brasil, pautado na exportação de *commodities* minerais e agrícolas, indicativo do novo pacto da economia política do agronegócio a que se refere Delgado (2012). Por uma questão de conjuntura, após 2003 os financiamentos do BNDES aumentaram significativamente e se orientaram cada vez mais para projetos de ampliação da capacidade de produção, circulação, armazenagem e escoamento, ou seja, infraestrutura e logística, dos que passaram a ser considerados “setores estratégicos” da economia brasileira, ou seja, o agronegócio, a mineração, a exploração de petróleo e a construção civil (VEGA; RODRIGUEZ, 2015, p. 93).

Para as atividades sucroenergéticas, além de pesquisas científicas e criação de infraestrutura, financiamento de capital de giro, renovação de canaviais e de infraestrutura logística, o principal foco do financiamento público realizado pelo banco esteve nas unidades produtivas, seja na construção de novas unidades ou em projetos de expansão.

Os financiamentos do BNDES<sup>3</sup> para as atividades sucroenergéticas são bastante significativos e isso reflete no número de programas que existem especificamente voltados

---

<sup>3</sup> O BNDES possui como atuais fontes de recursos a arrecadação dos tributos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Programa de Integração Social (PIS) / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Tesouro Nacional sendo estes dois últimos, sua fonte principal de auxílios. Além destas fontes, recursos de outras origens também são utilizados em menor escala para compor o fundo financeiro do

para o setor sucroenergético. Basicamente, existem duas linhas de financiamento exclusivamente voltadas para o setor sucroenergético que merecem destaque: o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova) e o Programa de Apoio ao Setor Sucroenergético (BNDES Pass)<sup>4</sup>. O Prorenova, como o próprio nome indica, oferece financiamento de todos os itens relacionados ao processo de renovação e implantação de novos canaviais, em vista da continuidade da produção. O programa ainda possui dois segmentos: o Prorenova Rural e o Industrial, o primeiro voltado para produtores ou cooperativas produtoras de cana-de-açúcar e o segundo para pessoas jurídicas voltadas à produção de açúcar, etanol e derivados, como as usinas, as destilarias e também cooperativas. O BNDES Pass é voltado ao financiamento do processo de estocagem de etanol, e aplica-se a todas as usinas, destilarias, cooperativas de produtores e empresas de comercialização de etanol cadastradas na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (BNDES, 2015).

Outro programa do BNDES direcionado para as atividades sucroenergéticas é o Programa de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS). O PAISS é uma iniciativa conjunta do BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. Ambos selecionam planos de negócios e fomentam aqueles que propõe o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa oriunda da cana-de-açúcar. O programa ainda possui três linhas temáticas nas quais devem ser enquadrados os projetos que concorram ao financiamento. São elas: 1) bioetanol de segunda geração; 2) novos produtos de cana-de-açúcar e; 3) gaseificação: tecnologias, equipamentos, processos e catalizadores<sup>5</sup> (BNDES, 2015).

---

BNDES, como: Fundo da Marinha Mercante, Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) títulos no mercado externo e empréstimos em bancos estrangeiros. Para se ter uma ideia, entre 2010 e 2015 o Tesouro Nacional proveu entre 46% e 57% e o PIS-PASEP entre 26% e 29% dos recursos (BNDES, 2015).

<sup>4</sup> Tais programas de financiamento não se destinam a todas as regiões do país, sendo circunscrito aos seguintes grupos: Grupo 1 - Centro-Oeste, Sul e Sudeste, aos estados do Ceará, Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins; e especificamente aos municípios de Juazeiro e Medeiros Neto, ambos no estado da Bahia; e Grupo 2 - Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia (com exceção dos municípios citados no Grupo 1). O valor máximo de financiamento é de até R\$ 500 milhões por cliente. O orçamento de 2014, para os dois programas, foi estipulado em R\$ 5 bilhões, sendo que o BNDES Pass ultrapassou do teto de financiamento de R\$ 1 bilhão em 2013 para R\$ 2 bilhões em 2014 (BNDES, 2015).

<sup>5</sup> A linha 3 tem como objetivo suportar projetos de inovação tecnológica ligados ao: “Desenvolvimento de tecnologias de pré-tratamento de biomassas de cana-de-açúcar para gaseificação; Desenvolvimento de

Ainda é preciso destacar outro programa que integra a política de financiamentos do BNDES para as atividades sucroenergética: o PAISS Agrícola, que possui a mesma finalidade que o PAISS, mas se direciona para a etapa agrícola da produção e financia projetos de desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, atividades de melhoramento genético, sistemas integrados de manejo, novas técnicas de propagação de mudas entre outros. O programa foi lançado em 2014 e prevê que até 2018 sejam investidos R\$ 1,48 bilhões para desenvolvimento de projetos no âmbito do programa, dentre os quais R\$ 80 milhões constituem um fundo de recursos não reembolsáveis, que normalmente são direcionadas a instituições de pesquisa<sup>6</sup>. No entanto, ainda em 2014, o BNDES anunciou que os 35 projetos aprovados no PAISS Agrícola somaram uma demanda de R\$ 1,9 bilhões, o que superou o valor inicial proposto em quase 30% e que, mesmo assim, as operações seriam realizadas com apoio aos projetos aprovados através de suplementação dos recursos (BNDES, 2015).

Além dos programas de financiamento exclusivos para o setor sucroenergético, o BNDES ainda disponibiliza financiamento para aquisição de equipamentos e outros investimentos que visam a modernização e o aumento da capacidade produtiva dos empreendimentos, através do BNDES Finem e, especificamente, pela “Linha de apoio a Agropecuária”. Como um segmento desse programa, existe o grupo “Agropecuária 2” que agrega especificamente as atividades sucroenergéticas e financia equipamentos, além da implantação e renovação de canais (BNDES, 2015).

Ao refletir sobre a existência e as condições desses programas, é possível perceber que as atividades sucroenergéticas estão muito presentes nas ações do BNDES, o que indica de fato a intenção do Estado brasileiro em viabilizar as atividades do setor no território. Ao analisar os dados sobre financiamentos (operações indiretas e diretas<sup>7</sup>) do BNDES que

---

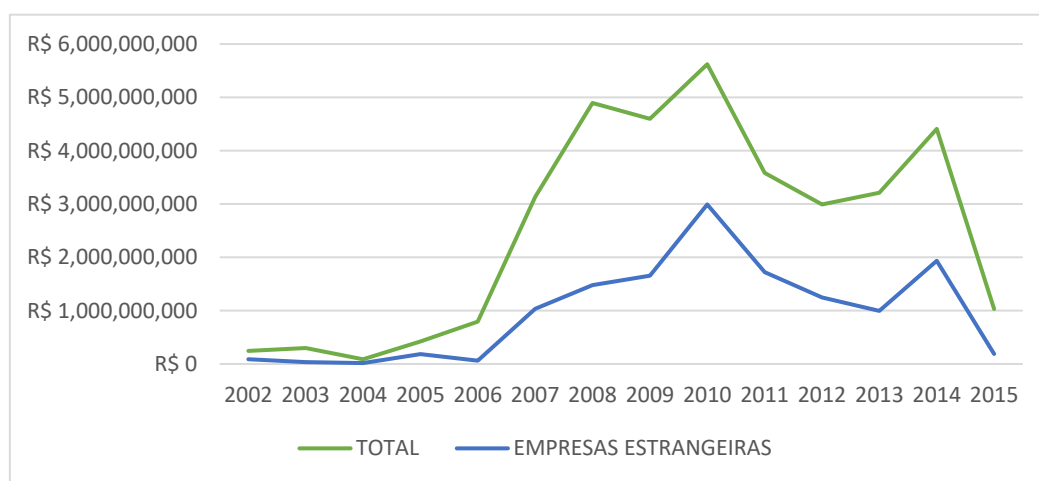
tecnologias de gaseificação de biomassas de cana-de-açúcar, especialmente quanto à otimização dos parâmetros de processos e/ou redução nos custos de capital dos equipamentos; Desenvolvimento de sistemas de purificação de gases; Desenvolvimento de catalisadores associados à conversão de gás de síntese em produtos” (BNDES, 2015).

<sup>6</sup> Alguns exemplos de instituições de pesquisa contempladas por recursos não reembolsáveis do BNDES entre 2002 e 2015 foram a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Distrito Federal, Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre outras.

<sup>7</sup> Na esfera processual, as operações de financiamento do BNDES ocorrem de duas formas distintas: operações diretas e operações indiretas. As operações diretas dizem respeito aos financiamentos superiores a R\$ 20 milhões e que necessitam passar por uma análise prévia do próprio banco, realizada através de uma série de documentos que precisam ser entregues ao banco com características e informações gerais sobre o projeto a ser financiado.

ocorreram entre 2002 e 2015, disponibilizados pelo próprio banco, foi possível perceber o resultado dessa instrumentalização do BNDES para atender as demandas do setor sucroenergético visto que as atividades da cana-de-açúcar se destacam.

As principais destinações dos recursos do BNDES (Gráfico 1) foram voltadas para renovação ou plantio de novos canaviais, financiamento de capital de giro, pesquisa, logística e instalação de novas unidades produtivas ou expansão das já existentes, com destaque à construção de cogeneradores de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar, esse último muito em resposta aos estímulos da promoção da produção e comercialização de eletricidade excedente produzida nessas usinas nos últimos anos.



**Gráfico 1. Investimentos do BNDES no setor sucroenergético (2002 - 2015)**

**Fonte: SILVA, L. R., 2017.**

Podemos perceber que há um aumento significativo dos investimentos do BNDES entre 2006 e 2010, o que coincidiu com um momento de expansão das unidades produtivas. Essa expansão produtiva, em consonância com o crescimento dos investimentos do BNDES, ocorreu em um momento em que houve uma intensificação do processo de internacionalização do setor (fusões, aquisições e investimentos diretos). Desse modo, podemos argumentar que entre 2006 e 2010, o aumento dos investimentos do BNDES esteve relacionado a uma expansão que incluiu também agentes estrangeiros, o que pode indicar

---

As operações indiretas são aquelas realizadas por intermédio de uma instituição financeira credenciada ao BNDES, que assume por si só os riscos da operação e pode então impor os limites que achar necessário para concretizar um financiamento. As operações indiretas podem ainda ser automáticas, e assim não precisam passar por uma avaliação prévia do BNDES, ou não-automáticas, que ao contrário, precisam passar uma avaliação (BNDES, 2015).

tanto uma sustentação do Estado brasileiro para essas novas empresas que chegam ao setor como forma de alcançar novos espaços de lucratividade num momento de crise financeira, quanto uma sustentação do Estado brasileiro para com os agentes nacionais que buscam, através do apoio estatal, se manterem em um momento de crise.

No entanto o gráfico também indica uma queda nos investimentos entre 2010 e 2015 (com exceção, um aumento em 2014), que coincide com um período de fechamento de usinas, em um contexto de dificuldades que o setor enfrentou nestes anos (problemas climáticos, perda da competitividade do etanol e dívidas decorrente da crise financeira). Conseqüentemente, diminuem os pedidos de financiamento e logo, houve menos concessão de crédito pelo BNDES.

Indicativo da forte presença de agentes estrangeiros nas atividades e da centralização da produção, a destinação de recursos para empresas estrangeiras dentro desse item de análise cresceu ao ponto de compor aproximadamente 40% do total de recursos disponibilizados, o que significou mais de R\$ 13,6 bilhões de um total de aproximadamente de R\$34 bilhões investidos pelo BNDES no setor sucroenergético em 12 anos (BNDES, 2015).

Do total de 16.730 operações de financiamento do BNDES realizadas no período de 2002 a 2015, 1.532 (o que corresponde a 9,15% das operações de financiamento) foram específicas para as atividades sucroenergéticas. Se considerarmos que o BNDES atua em praticamente todos os setores da economia<sup>8</sup>, o percentual de operações direcionadas ao setor sucroenergético foi muito significativo: o total de recursos direcionados às atividades sucroenergéticas compôs um montante de R\$ 33,948 bilhões, distribuídos anualmente.

Percebe-se que após 2006 houve um salto significativo no volume de recursos disponibilizados, que triplicou nesse período, o que foi também acompanhado pelo crescimento do número de usinas, que passou de 352 em 2006 para 390 em 2014, além do aumento da produção de cana-de-açúcar (SIDRA/IBGE, 2015).

É possível levantar a hipótese de que o aumento dos investimentos nesse período está relacionado com a conjuntura das pautas ambientalistas, institucionalizadas nesse período com o Protocolo de Kyoto, que justificavam a aposta do governo brasileiro e das empresas na produção de etanol como *commodity* global, alternativa aos combustíveis fósseis e,

---

<sup>8</sup> Apenas são eleitos como setores/empreendimentos não passíveis de financiamento os seguintes: comércio de armas, motéis, saunas, termas, jogos de prognósticos e semelhantes e atividades bancárias (com ressalvas para o apoio ao microcrédito) (BNDES, 2015).



consequentemente, como um novo negócio a ser explorado por grandes grupos que, visando novas frentes de acumulação, logo, buscaram capitalizar-se para tal empreendimento.

Analisar as atividades de financiamento do BNDES sob a ótica da instrumentalização do banco para a execução de projetos do Estado tornou evidente a necessidade de compreender porque os esforços estatais são voltados para a viabilização de iniciativas privadas, que na maioria das vezes não possuem compromisso com a sociedade ou com o território, além da própria acumulação. Trata-se de uma subordinação do poder público às lógicas do mercado, cada vez mais globalizado e comandado pelos grandes grupos econômicos (GENNARI, 2002). Como advertem Santos e Silveira,

A serviço de grandes empresas privadas, o território nacional conhece, em certos lugares, uma adequação técnica e política que permite a tais empresas uma produtividade e um lucro maiores. Em última análise, trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos. Em outras palavras, tal racionalidade representa sempre uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado (SANTOS, SILVEIRA, 2011 p. 272).

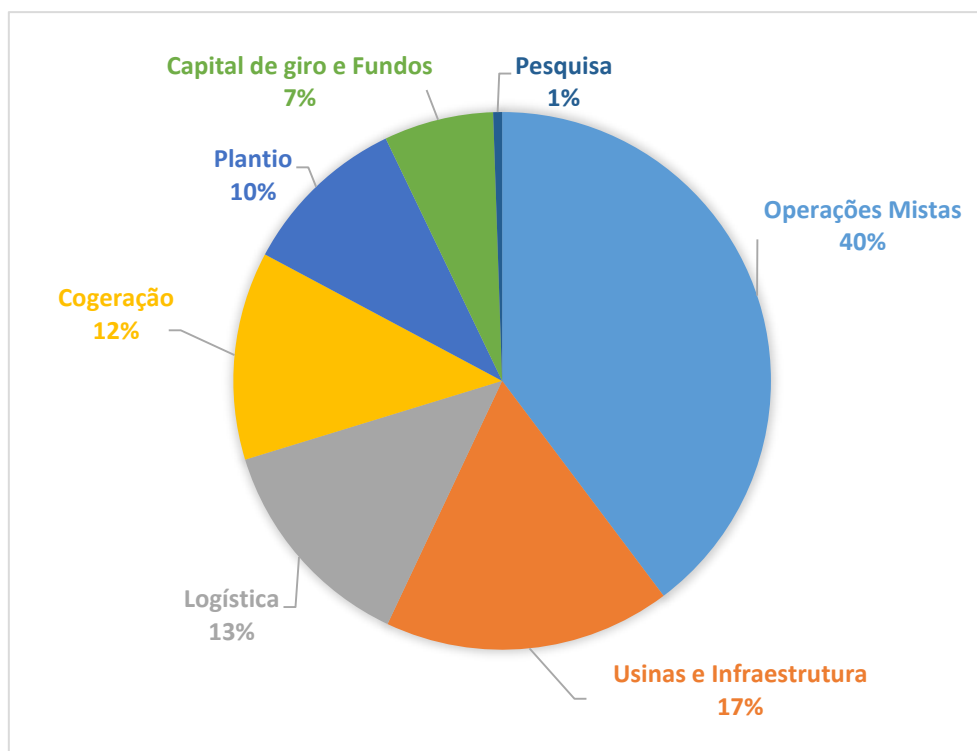
Toda essa viabilização de recursos e do território, ordenada pelo Estado, que objetivou a manutenção e o incentivo das atividades sucroenergéticas, ocorreu por intermédio de recursos públicos que, ao final, materializaram infraestruturas cujo uso é corporativo. Sobre isso, Santos e Silveira (2011) afirmam que no período de globalização uma nova relação tomou forma: a do uso privativo do território. Nesse contexto, o território, por intermédio do Estado, encontra-se submetido a lógica das grandes empresas, ou seja, a lógica do mercado global (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

### **As operações de financiamento do BNDES para o setor sucroenergético e os agentes beneficiados**

As operações de financiamento realizadas pelo BNDES no período analisado (2002-2015) direcionadas especificamente para as atividades sucroenergéticas somam um pouco mais de 9% do total de operações. No que se refere aos valores reais investidos pelo BNDES no mesmo período, os financiamentos para as atividades sucroenergéticas somaram 4,5% dos valores totais investidos em todas as áreas de investimentos do BNDES, o que correspondeu a R\$ 33,948 bilhões num universo de R\$ 747,214 bilhões (BNDES, 2016). Esse montante foi

significativo e preocupa quando comparado, por exemplo, com o valor direcionado à saúde pública. Segundo dados do Ministério da Fazenda, organizados pelo Conselho Federal de Medicina, entre 2001 e 2013, quase no mesmo período, foram direcionados de fato para a saúde R\$ 33,058 bilhões (CFM, 2014), menos, portanto, do que foi destinado às atividades sucroenergéticas. Ao mesmo tempo, justificam-se tais investimentos em atividades privadas com argumentos de que os produtos do setor sucroenergéticos são itens estratégicos na pauta exportadora brasileira, e figuram como fundamental no conjunto da economia.

Na sistematização de dados, sete categorias foram criadas para compreender melhor as características das operações do banco. São elas: financiamento de capital de giro ou fundos variados, financiamento de expansão de unidades produtivas para cogeração de energia, financiamento de infraestruturas logísticas, financiamento de pesquisas, financiamento de plantações e renovações de canaviais, financiamento de infraestrutura das unidades produtivas em geral e financiamentos de projetos mistos, ou seja, que foram direcionados para duas ou mais das categorias citadas acima. Os percentuais de investimentos em cada uma das categorias podem ser observados no Gráfico 2.



**Gráfico 2. Distribuição percentual dos investimentos do BNDES por categoria (2002-2015)**

Fonte: BNDES, 2016 apud SILVA, L. R., 2017.

A categoria “operações mistas” é a mais expressiva porque a maior parte das operações não podem ser encaixadas somente em categorias específicas, uma vez que possuem uma variação de projetos dentro de uma mesma operação. Na categoria “usinas/infraestruturas” foram consideradas majoritariamente as operações que abrangem projetos de expansão de unidades produtivas ou instalação de novas unidades e de mecanização agrícola, exceto os projetos que envolvem somente cogeração de energia (“categoria cogeração”). A categoria “plântio” inclui os projetos de plântio e reforma de canaviais e a categoria “logística” diz respeito as operações de financiamento das redes técnicas que permitem a distribuição do que é produzido. A categoria “capital de giro e fundos” corresponde as operações de investimentos que não necessariamente apresentam projetos definidos, que muitas vezes apenas indica a quantia adquirida que vai constituir capital de giro da empresa. A categoria “pesquisa” envolve operações em sua maioria não reembolsáveis ao BNDES, de financiamento de pesquisas voltadas para as atividades sucroenergéticas, realizadas principalmente por órgãos públicos, como universidades e institutos de pesquisa.

No que se refere aos repasses realizados pelo BNDES no período, as principais empresas financiadas (Tabela 1) são de origem nacional e se internacionalizaram após os anos 2000 através de abertura ao mercado financeiro. A saber, foi definido como critério selecionar as empresas que, juntas receberam 50% do valor total de financiamentos do BNDES ao setor.

Empresa	Repasso em R\$	%
Raízen S.A.	4.494.466.039	13,24
Odebrecht Agroindustrial S.A.	4.291.461.207	12,64
São Martinho S.A.	1.944.086.199	5,73
Logum Logística S.A.	1.758.600.000	5,18
Rumo Logística S.A.	1.633.832.432	4,81
Brenco	1.390.653.206	4,10
Cocal Comércio de Açúcar e Álcool LTDA	1.302.553.000	3,84
Copersucar S.A.	1.266.600.000	3,73

**Tabela 1. Principais empresas do setor sucroenergético financiadas pelo BNDES (2002-2015)**

Fonte: BNDES, 2016 apud SILVA, L. R., 2017

Como pode ser observado, os financiamentos do BNDES são bastante concentrados e parece inconcebível que apenas sete empresas receberam aproximadamente metade dos recursos do banco para o setor.

Do total de empresas que figuram entre as principais receptoras dos investimentos do BNDES, cinco possuem capital aberto e/ou participam do mercado de bolsas de valores (como a Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, por exemplo), como a Odebrecht Agroindustrial, a Brenco (que surgiu inicialmente como um fundo de investimentos), a Cosan (desde 2005, comercializa na BM&FBOVESPA) e a Cosan LTD (desde 2007 comercializa na New York Stock Exchange - NYSE), sendo as últimas duas comandadas pelo grupo Cosan, que também possui controle da Raízen S.A. e da Rumo Logística (comercializam ações na BM&FBOVESPA). A São Martinho S.A. também negocia ações desde 2007. Além das empresas que aparecem na tabela, a Tereos Internacional S.A. (desde 2007) e a Biosev S.A. (desde 2013), completam a lista das empresas do setor sucroenergético que comercializam ações no mercado de valores.

Ainda no que se refere às empresas que aparecem na Tabela 1, é importante destacar a relação das seguintes: a Raízen S.A. e a Rumo Logística S.A (atualmente Rumo ALL), possuem em sua fundação e em sua composição acionária a centralidade do grupo Cosan, cuja direção e fundação estão relacionadas à família Ometto (tradicional família de usineiros do interior de São Paulo). A mesma ligação com a família Ometto também é verificada no grupo São Martinho S.A.

Atualmente o presidente da Cosan é Rubens Ometto Silveira Melo e o vice-presidente é Marcos Marinho Luz, e ambos também ocupam a presidência da Rumo Logística S.A. Já a São Martinho tem como presidente João Guilherme Sabino Ometto e como vice-presidente Marcelo Campos Ometto. Juntas, essas empresas receberam aproximadamente 24% do total de recursos direcionados pelo BNDES para o setor. Trata-se de uma concentração significativa dos financiamentos, que por sua vez, é reflexo da concentração das atividades no território e nos grupos empresariais.

A saber, a Raízen S.A. é uma empresa de capital aberto fundada em 2007 através de uma *joint venture* entre as empresas Cosan e a Royal Dutch Shell, ambas empresas de capital aberto. Diversos projetos da Raízen foram financiados pelo BNDES no período de 2002 a 2015 e somados tornam a empresa a principal receptora dos investimentos do banco.

Do total de dinheiro investido no período, um pouco mais de 13% foram destinados a Raízen para financiamento de projetos diversos, o que em valores reais corresponde a mais de R\$ 4,5 bilhões. A Raízen recebeu financiamento para desenvolver projetos nos mais diversos campos da produção, como por exemplo: instalação de centros coletores de etanol, adequação de unidades produtivas para produção de energia a partir de cogeração, bem como expansão da capacidade produtiva, expansão e/ou modernização das unidades produtivas, plantio de canaviais, reformas e/ou expansão de canaviais já existentes.

Em segundo lugar no *ranking* aparece a Odebrecht Agroindustrial. O processo de constituição da Odebrecht Agroindustrial está relacionado com a Brenco (Brazilian Renewable Energy Company), outra empresa que aparece na tabela das empresas que receberam a maior parte dos financiamentos do BNDES no período.

O segmento do grupo Odebrecht que atua no setor sucroenergético surgiu em 2007 com o nome de ETH Bioenergia (ODEBRECHT, 2016) e em 2010 realizou uma fusão com a Brenco, o que acarretou na criação de uma nova empresa que manteve o mesmo nome (ETH Bioenergia). A Brenco, por sua vez, foi fundada em 2007 por investidores nacionais e estrangeiros, como um fundo de investimentos cujo objetivo seria exclusivamente o de atuar no setor sucroenergético brasileiro. Entre os investidores envolvidos na formação da Brenco estavam o ex-presidente da Petrobrás Henri Philippe Reichtul (que iniciou como presidente da Brenco), os fundos de investimentos Khosla Ventures, Yucaipa Companies, Tarpon Investments e Amber Capital, os grupos Semco e Ashmore Energy Internacional, e mais tarde, o banco Goldman Sachs (PINTO, 2011, p. 90), o ex-presidente dos EUA, Bill Clinton, o ex-presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn e o próprio BNDES através do BNDESPar (HOUTART, 2009, p. 192; SALGADO, 2010).

Após a crise de 2008, a Brenco encontrou dificuldades de remuneração de seus acionistas e passou a adotar medidas outras de capitalização, como os empréstimos do BNDES, por exemplo (PINTO, 2011, p. 91), que somaram ao todo um pouco mais de 4% dos investimentos totais disponibilizados pelo BNDES para o setor sucroenergético, e que foram direcionados como capital de giro para a empresa (BNDES, 2016). Em 2009 (PINTO, 2011, p. 91), a Brenco foi incluída na lista “suja” do Ministério do Trabalho, acusada de praticar trabalho análogo ao escravo em usinas do grupo, e ficou temporariamente impedida de acessar linhas de crédito de bancos públicos, como o BNDES por exemplo, que a propósito era acionista da empresa naquele momento.

Em 2010, a ETH Bioenergia passou a se denominar Odebrecht Agroindustrial e nesse processo, a Odebrecht e a Sojitz Corporation (empresa japonesa), passaram a deter 65% do capital da ETH, enquanto os acionistas originais da Brenco mantiveram 35% dos ativos (ODEBRECHT, 2016).

Em 2014, em decorrência de prejuízos sofridos pela empresa, a Odebrecht Agroindustrial perdeu acionistas (como o Fundo Ashmore e Tarpon) e o grupo Odebrecht aumentou seu controle acionário e passou a deter 99,98% da Odebrecht Agroindustrial, com o restante dos ativos diluídos entre os acionistas. Uma série de polêmicas envolve a empresa desde então. Em 2015, a Odebrecht Agroindustrial foi condenada pela justiça brasileira por tráfico de pessoas e por manter práticas de trabalho análogos à escravidão na construção de uma usina sucroenergética em Angola, na África (FELLET, 2015). Desde 2015, a Odebrecht Agroindustrial também está em constante adiamento de suas dívidas com os bancos privados como o Bradesco, o Santander e o Itaú, e também com os bancos públicos como o Banco do Brasil e BNDES, o que resultou, em 2016, em um acordo firmado com os bancos credores para aumento do prazo de vencimento de suas dívidas para mais 13 anos (GOULART, 2016). Ainda é preciso ressaltar que após 2015, o grupo Odebrecht se envolveu em escândalos de corrupção, que envolveram inclusive os próprios financiamentos do BNDES.

Esses acontecimentos que envolveram o grupo Odebrecht demonstram o comprometimento das ações do Estado brasileiro com os agentes privados, uma vez que seu apoio é mantido mesmo sobre acusações graves. Esse comprometimento por sua vez reafirma a condição do Estado como uma arena de disputa de poderes, onde os interesses de agentes privados específicos prevalecem, e constituem uma situação em que esses interesses são colocados como prioritários em quaisquer condições.

Quanto às outras empresas que aparecem na tabela, o grupo São Martinho, que aparece em terceiro lugar no ranking das empresas que receberam os maiores financiamentos do BNDES, ficou com um pouco mais de 5% do total destinado ao setor sucroenergético. Como dito anteriormente, a São Martinho começou a negociar ações na bolsa de valores em 2007, e atualmente 38,99% de seus ativos são comercializados livremente no mercado de ações. O restante dos ativos está sobre controle da LJM Participações, João Ometto Participações S.A., Luiz Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações S.A., o que indica significativo controle da família Ometto também na São Martinho (SÃO MARTINHO, 2016).

Dos projetos financiados pelo BNDES para o grupo São Martinho estão: instalação do processo de cogeração de energia e expansão da capacidade produtiva de eletricidade a partir deste processo, terminais de estocagem de etanol, ampliação da capacidade de moagem de usinas bem como modernização das mesmas, investimentos em fertirrigação, aquisição de máquinas agrícolas e investimentos sociais.

Das empresas que receberam de forma majoritária os financiamentos do BNDES, duas estão relacionadas à logística para o setor sucroenergético, são elas a Logum S.A. e a Rumo Logística S.A. O projeto financiado para a Logum S.A. merece destaque, uma vez que tal empreendimento indica como o Estado atua na sustentação e viabilização das atividades no território e especificamente, na garantia de competitividade para as regiões com produção já consolidada. A Logum Logística S.A.<sup>9</sup>, foi criada em 2011 com o intuito de construir e gerir um sistema logístico multimodal (dutos, hidrovias, rodovias e cabotagem) para o etanol, e é formada por seis empresas, a saber: Camargo Correa Participações (10%), Copersucar (20%), Raizen (20%), Odebrecht Transport Participações (20%), Petrobras (20%) e Uniduto Logística (10%) (LOGUM, 2016). Ao observarmos a composição acionária da Logum S.A. é possível perceber que grandes agentes do setor estão envolvidos na sua concepção, o que já é indicativo de quais agentes se beneficiarão da competitividade e da fluidez gerida pelo projeto logístico da Logum S.A.

No sistema logístico da Logum S.A. estão previstas as construções de diversos terminais de armazenamento<sup>10</sup>, bem como um sistema de dutovias para transporte de etanol, que serão financiados pelo BNDES e foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do Governo Federal (LOGUM, 2016), com investimento previsto de R\$ 5,8 bilhões (TEREZA, 2011).

O próprio BNDES considera que o transporte dutoviário (que em 2010 representava 1,8% do total de combustíveis líquidos transportados no Brasil) é necessário para diminuir o

<sup>9</sup> A empresa surgiu da integração entre projetos pretéritos de logística para o etanol das empresas Uniduto Logística, Centro-Sul Logística e PMCC (Petrobrás, Mistui e Camargo Correa) Projetos de Transporte de Alcool S.A (LOGUM, 2016).

<sup>10</sup> Estão previstas as construções de terminais de armazenamento em Itumbiara, Quirinópolis e Jataí, ambos no estado de Goiás, bem como em Santos e Cubatão no estado de São Paulo. Ainda no estado de São Paulo estão previstas as construções de terminais aquaviários em Presidente Epitácio, Anhembí, Araçatuba, constituintes da face hidroviária do sistema Logum, que prevê o uso da Hidrovia Tietê-Paraná. Atualmente já funcionam os terminais de Uberaba, MG, Ribeirão Preto, Barueri, Guararema, Ilha D'água e Guarulhos, no estado de São Paulo, e Volta Redonda e Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro (LOGUM, 2016).

uso de modais mais onerosos como o rodoviário, principalmente (MILANEZ et al., 2010, p. 95). No entanto, o esforço para consolidar esse modal como opção para o transporte de etanol já surge centralizado e monopolizado por grandes empresas nacionais, inclusive com participação de grandes corporações do setor sucroenergético, como a Raízen e a Coopersucar. Trata-se de uma proposta de solução para um problema logístico no Brasil, financiada com recursos públicos cujo lucro, monopolizado, se dará na esfera privada.

Há implicações diretas para o território a partir da execução de um projeto como esse. Camelini e Castillo (2012, p. 19) afirmam que nas regiões adjacentes a empreendimentos como os alcooldutos, pode haver uma intensificação das atividades sucroenergéticas para fins de justificar os altos custos de investimentos, o que contribui para a concentração das atividades no território a partir de sua funcionalização para o setor sucroenergético.

Harvey (2016, p. 142), ao ressaltar que o aumento da lucratividade no sistema capitalista está também relacionado à diminuição do custo e do tempo de produção (além da alocação da produção nos espaços que oferecem melhores condições de infraestrutura, acesso a mão de obra e aos mercados), afirma que a concentração de inovações tecnológicas de transporte (como podemos considerar o sistema logístico da Logum) e comunicação reforçam a concentração das atividades no território:

Rotas de transporte centradas na região são criadas porque é ali que está o tráfego. Como consequência, mais capital é atraído. Em compensação, outras regiões carecem de serviços ou perdem cada vez mais atividades. Elas entram numa espiral descendente de depressão e decadência. Os resultados são concentrações regionais desiguais de riqueza, poder e influência (HARVEY, 2016, p. 142).

Uma vez analisado por uma perspectiva crítica que visa compreender as implicações territoriais do setor sucroenergético no Brasil, o projeto da Logum se torna emblemático, isso porque reafirma uma característica do território brasileiro que é, segundo Santos & Silveira (2001, p. 237), a criação seletiva e desigual de fluidez, com infraestrutura consolidada que é subordinada a interesses específicos e não necessariamente relacionadas com os interesses da população em geral.

Quanto aos projetos aprovados para a Rumo Logística S.A., todos estão relacionados ao transporte de açúcar, voltado para exportação, no porto de Santos, SP. A Rumo Logística pertence ao grupo Cosan (a empresa de logística da Cosan voltada para as atividades



sucroenergéticas), uma das maiores empresas do circuito espacial produtivo sucroenergético que, no final de 2014, participou da fusão entre a Rumo Logística<sup>11</sup> e a América Latina Logística (ALL), formando a Rumo ALL. A Rumo ALL possui 12,9 mil quilômetros de malha ferroviária, 966 locomotivas e 28 mil vagões, o que a torna a maior empresa de logística ferroviária do Brasil (ANTT, 2016). Dado a magnitude do empreendimento, a fusão foi aprovada com restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), uma vez que houve a preocupação de que concorrentes da Cosan, que utilizam os serviços da ALL, fossem prejudicados (AMATO, 2015).

Ambas, Logum e Rumo ALL, são grandes corporações que atuam na área de logística para o setor sucroenergético e receberam consideráveis financiamentos do BNDES, o que demonstra, ao menos para as atividades sucroenergéticas, que o Estado brasileiro atua em consonância com os interesses corporativos de grandes empresas e que contribui para a consolidação de monopólios da logística para a produção. Tal postura é frequentemente legitimada pelo discurso do “desenvolvimento” através da elaboração de uma psicofera (SANTOS, 2012) que legitima o volume de investimentos públicos em atividades privadas.

Nessa conjuntura, o território torna-se funcional às demandas específicas de produção (no caso, as atividades sucroenergéticas) através de normas e infraestruturas financiadas por dinheiro público e que respondem à lógicas externas aos lugares em que se consolidam.

Das empresas listadas como as principais receptoras dos recursos do BNDES, apenas a Logum S.A., a Cocal Comércio de Açúcar e Alcool LTDA (cujo o montante financiado pelo BNDES foi direcionado para infraestrutura e cogeração) e a Coopersucar (que direcionou os recursos para expansão e modernização de usinas, financiamento de capital de giro e infraestrutura logística para exportação) não comercializa ações no mercado de bolsas.

O quadro geral aponta uma grande internacionalização do setor após os anos 2000, seja através da inserção das empresas do setor no mercado financeiro ou da entrada de agentes estrangeiros nas atividades, ambas as formas com total apoio do Estado brasileiro, seja através dos financiamentos públicos ou na promoção da desregulamentação dos mercados nacionais.

Podemos afirmar que as atividades sucroenergéticas, após anos 2000, caminham em consonância com a dinâmica global de acumulação de capitais, marcadas pela financeirização

---

<sup>11</sup> A saber, a Rumo Logística foi grande privilegiada nos financiamentos públicos do BNDES no período entre 2002 e 2014: um pouco mais de 46% do total de investimentos foi para a Rumo Logística o que em valores reais totalizaram R\$ 1.667.832.432.

e pela integração global de agentes, bem como sua expansão recente está atrelada a uma gama de possíveis estratégias de solução para crise de superacumulação e de superprodução, vigente na primeira década do século XXI.

### **Considerações finais**

Como vimos, essa nova natureza da intervenção do Estado se caracteriza por investimentos que viabilizam o território para as atividades, tanto do ponto de vista técnico (infraestrutura de transportes, investimentos da esfera produtiva, etc.) quanto normativo (políticas públicas, leis que favorecem a produção, etc.), e, por conseguinte, direcionam a expansão das atividades. As ações de financiamento do BNDES evidenciaram essas práticas, uma vez que foi possível observar a quantidade de dinheiro público investido em infraestrutura produtiva e de transportes, além de pesquisa e de capital de giro.

Agentes nacionais e estrangeiros se beneficiam dessa nova forma de intervenção do Estado, uma vez que a estruturação político-econômica no Brasil após a década de 1990 (com abertura dos mercados e inserção na mundialização financeira) permitiu a inserção cada vez maior de agentes estrangeiros nas atividades, o que, como vimos, se intensificou após os anos 2000, decorrente da crise financeira acentuada.

A viabilização do território através das ações do Estado não se dá de forma homogênea. Junto às características intrínsecas da produção, perpetuam a concentração das atividades no território, o que traz implicações socioespaciais. Isso torna o território enrijecido, uma vez que a instalação de uma usina aciona as regiões adjacentes para se ocupar do plantio de cana, o que atrai outros agentes para essa fração do território. Juntamente a essa situação, a necessidade da produção em grande escala para alcançar lucro significativo (tendência geral de todas as commodities devido ao baixo preço das mesmas no mercado de destino) acarreta esforços dos agentes de controlar as áreas próximas para garantir matéria-prima para as usinas, o que culmina na concentração fundiária e expulsão de pequenos produtores.

Todas essas características da produção implicam em situações de instabilidade nos municípios que acolhem essas atividades, tal como afirma Castillo (2015), que se agravam quando há o fechamento de usinas por motivos diversos. Não é raro atribuírem ao Estado a culpa pelo fechamento das usinas (Custo Brasil, falta de investimentos, políticas públicas

inadequadas etc.), o que soa contraditório do ponto de vista do discurso empresarial, de tendência liberal: ora, se o Estado não deve intervir na economia, qual a razão de tantos investimentos que ocorreram e ocorrem no setor? Como lastimar a estrutura tributária quando é sabido que essas empresas se beneficiam da “guerra entre os lugares” que lhes concedem uma série de isenções de impostos e outras regalias? Ao nosso ver, as consequências sociais e econômicas dos municípios muito dependentes das atividades sucroenergéticas e que sofrem com o fechamento de usinas estão relacionadas com as próprias limitações e fragilidades do sistema capitalista tal como se configura atualmente, que possui como traço inerente, a presença de um Estado que corrobora e viabiliza a produção sucroenergética desde o período colonial.

A escolha pela análise dos investimentos do BNDES para o setor sucroenergético possibilitou a compreensão das contradições evidenciadas pela relação entre Estado e agentes privados. Toda as implicações advindas da forma como se dão as atividades do setor no período atual podem ser direta ou indiretamente ligadas ao Estado, dado a sua centralidade na viabilização da produção. Assim, a amplitude da sustentação fornecida pelo Estado para tal atividade (inclusive com o consentimento de práticas perversas realizadas por agentes do setor) através de fundos públicos parece contraditória aos olhos da sociedade, uma vez que trazem consequências sociais e ambientais que, quando analisadas a fundo, desmontam o discurso da “sustentabilidade” da produção.

Obviamente a discussão sobre as implicações territoriais das relações tecidas entre agentes privados e Estado não foi contemplada em sua totalidade neste trabalho, no entanto, a análise realizada permitiu observar as condições em que essas aparecem para no setor sucroenergético e no espaço agrícola brasileiro. A partir da discussão aqui realizada, espera-se que possamos contribuir para um olhar crítico sobre a dinâmica dos usos do território brasileiro no âmbito das relações mundializadas, através das evidências apontadas de como há uma articulação entre Estado e agentes privados que parecem obedecer lógicas exógenas que buscam reafirmar a dependência brasileira em relação a países centrais da economia capitalista. Ao mesmo tempo, o território é acionado como solução imediatista de limitações estruturais do sistema capitalista. Nesse processo, como bem pode ser observado através da estruturação das atividades sucroenergéticas, a tendência é que os custos sejam socializados (através da sustentação do Estado) e os benefícios acumulados na escala do privado, processo

esse legitimado pelos discursos (que não passam de discursos) de sustentabilidade, desenvolvimento e progresso.

## Referências Bibliográficas

AMATO, Fábio. CADE aprovada, com restrição, fusão entre ALL e Rumo Logística. **G1**. Página na internet. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/cade-aprova-com-restricao-fusao-entre-all-e-rumo-logistica.html>>. Acesso em ago. 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006. 310 p.

BERNARDES, Adriana et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. São Paulo: Laboplan, 2000.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Página na internet. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso entre jun. 2015 e jul. 2016.

CAMELINI, João Humberto; CASTILLO, Ricardo. Etanol e uso corporativo do território. **Mercator**. Fortaleza, v. 11, n. 25, p. 7-18, 2012. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/722/414>>. Acesso em jul. 2014.

CFM – Conselho Federal de Medicina. **Saúde apresenta apenas 8% do total de investimentos públicos no Brasil**. Página na Internet. Disponível em <[http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24511:saude-representa-so-8-do-total-de-investimentos-publicos-no-brasil&catid=3](http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24511:saude-representa-so-8-do-total-de-investimentos-publicos-no-brasil&catid=3)>. Acesso em jan. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro à agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FARIAS, Hélio Caetano. O papel do BNDES na integração do território brasileiro. **Geosp – Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 34, 2013, p. 119-133.

FELLET, João. **Juiz condena Odebrecht por trabalho escravo e tráfico de pessoas em Angola**. BBC. Página na internet. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831\\_odebrecht\\_angola\\_condenacao\\_pai\\_jf](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831_odebrecht_angola_condenacao_pai_jf)>. Acesso em dez. 2016.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 1990. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, v. 13, n. 1(21), 2002, p. 30-45. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029>>. Acesso em abr. 2015.

GOULART, Josette. Odebrecht Agroindustrial renegocia dívida de R\$ 7 bilhões. **Revista Exame**. São Paulo, 2016. Página na internet. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/odebrecht-agroindustrial-reestrutura-divida-de-r-7-bilhoes/>>. Acesso em jan. 2017.

HARVEY, David. Contradição 11: Desenvolvimentos Geográficos Desiguais e Produção de Espaço. In: \_\_\_\_\_. **Dezessecontradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 139-152.

HOUTART, François. **La agroenergia: solución para el clima o salida de la crisis para el capital**. Havana: Ruth Casa Editorial, 2009.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade&Natureza**. Uberlândia, 2010. v. 22, n. 3. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332>>. Acesso em fev. 2015.

LOGUM - Página na internet. Disponível em: <<http://www.logum.com.br/php/index.php>>. Acesso em out. 2016.

MILANEZ, Artur Yabe et al. Logística para o etanol: situação atual e desafios futuros. **BNDES Setorial**, Brasília, n. 31, p. 49-98, mar. 2010. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2407>>. Acesso em jul. 2016.

ODEBRECHT. **ETH e Brenco anunciam fusão de ativos**. Página na internet. Disponível em: <<http://www.odebrecht.com/pt-br/comunicacao/releases/eth-e-brenco-anunciam-fusao-de-ativos>>. Acesso em dez. 2016.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. Boitempo: São Paulo, 2003.

PINTO, Mairun Junqueira Alves. **Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético**. 2011. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-17012012-152314/publico/MairunJAPinto\\_Original.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-17012012-152314/publico/MairunJAPinto_Original.pdf)>. Acesso em 12 nov. 2016.

RUMO ALL – Rumo América Latina Logística. Página na internet. Disponível em: <[http://pt.rumolog.com/default\\_pti.asp?idioma=0&conta=45](http://pt.rumolog.com/default_pti.asp?idioma=0&conta=45)>. Acesso em out. 2016.

SALGADO, Eduardo. Brenco capta 80 milhões de dólares. **Revista Exame**, São Paulo, 2010. Página na internet. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/brenco-capta-80-milhoes-de-dolares-m0152627/>>. Acesso em dez. 2016.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2011.

SÃO MARTINHO – Página na internet. Disponível em: <<http://www.saomartinho.ind.br/>>. Acesso em nov. 2016.

SIDRA/IBGE – Sistema de Recuperação Automática IBGE. Página na internet. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em ago. 2015.

SILVA, Laís Ribeiro. **O BNDES e a sustentação do setor sucroenergético no Brasil: implicações territoriais no contexto neoliberal e de financeirização**. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18930>>. Acesso em: 25 set. 2017.

TEIXEIRA, Francisco José Soares (org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. Ceará: Cortez, 1998. p. 195-252.

TEREZA, Irany. BNDES emprestará R\$ 5,8 bi à Logum Logística. **Estado de São Paulo**. (jornal). Caderno Negócios. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,bndes-emprestara-r-5-8-bi-a-logum-logistica,86199e>>. Acesso em: jul. 2014.

VEGA, Gerardo Enrique Cerdas; RODRIGUEZ, Maria Helena. As prioridades do BNDES: financiamento para o desenvolvimento? In: CARDOSO, Alessandra; BORGES, Caio de Souza; RODRIGUEZ, Maria Helena (org.). **A política ambiental do BNDES: presente e futuro**. Brasília: Athalaia, 2015.